



**CONCURSO DE INGRESSO PARA CARGOS EFETIVOS NO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
EDITAL N.º 001/2004-MP**

PROVA PARA O CARGO DE CONTADOR

NOME DO CANDIDATO

INSCRIÇÃO

INSTRUÇÕES AO CANDIDATO

1. Este BOLETIM DE QUESTÕES contém 50 questões objetivas. Caso exista algum problema, comunique imediatamente ao Fiscal de Sala.
2. Cada questão apresenta cinco alternativas, destas apenas uma é correta.
3. A resposta definitiva de cada questão deve ser, obrigatoriamente, assinalada no CARTÃO-RESPOSTA, fornecido especificamente para este fim.
4. As questões objetivas devem ser respondidas no CARTÃO-RESPOSTA, considerando a numeração de 1 a 50.
5. Confira se seu nome e número de inscrição constam na parte superior do CARTÃO-RESPOSTA que você recebeu, o qual não pode ser amassado ou dobrado.
6. O Cartão-Resposta só será substituído se tiver falha de impressão.
7. Assine seu nome na lista de presença do mesmo modo como está assinado no seu documento de identidade.
8. Esta prova terá duração de 4 (quatro) horas, tendo o seu início às 8 h e término às 12 h (horário de Belém).
9. Ao final da prova, devolva ao fiscal de sala todo o material referente a esta prova.

ÓRGÃO EXECUTOR



Líderes sem massa

Costuma-se dizer que a capacidade de um país andar mais rápido depende da qualidade de seus líderes. Pois o líder abre caminhos e desfaz obstáculos com sua condição de comover, inspirar, atrair e mobilizar as massas. Se no passado os rastros dos grandes líderes deixavam-se ver nas trilhas abertas para libertar seus países da opressão e da miséria, hoje seus passos são pouco visíveis, porque a crise de governabilidade que assola o mundo acaba afogando marcas, estilos e identidades na poeira de um caos cujos contornos Samuel P. Huntington tão bem aponta neste breve relato: "Quebra da lei e da ordem, Estados fracassados, anarquia crescente, ondas de criminalidade, máfias transnacionais e cartéis de drogas, expansão dos vícios em muitas sociedades, debilitação geral da família, declínio na confiança e na solidariedade social, violência étnica, religiosa e civilizacional".

A administração do paradigma do caos que assola a humanidade tem passado para a órbita de lideranças menos carismáticas, mais técnicas e funcionais, cujas preocupações estratégicas se repartem em três esferas: a estabilização macroeconômica e os programas de desenvolvimento, as redes de proteção social e as políticas de segurança interna.

No meio de tempestades que se multiplicam e que conferem à contemporaneidade a imagem de uma Idade de Trevas, a despolitização se estabelece, solapando as ideologias de ontem, expandindo as tecnocracias e arrefecendo o sistema político, com seqüelas no enfraquecimento dos partidos, na fulanização da política e na desmotivação dos participantes partidários. Nessa moldura, os líderes de massa se tornam cada vez mais escassos. Pode-se apontar nos dedos a relação de líderes carismáticos e populares. É o caso, por exemplo, do Brasil, onde Lula pode ser considerado o último líder de massas de um ciclo que se esgota com a intensificação da crise da democracia representativa.

Na verdade, Lula se apresenta como a última instância produzida por um processo de acumulação de forças, que, há três décadas, vem operando sobre a esfera social, juntando ações coletivas e públicas, demandas por direitos e movimentos cívicos, canalizados com mais força a partir da Constituição de 88. O ex-metalúrgico constituía, desse modo, o contraponto criado por forças de resistência às políticas macroeconômicas e liberalizantes implantadas desde Collor e revigoradas pelas reformas econômicas nos dois períodos de Fernando Henrique.

A continuidade do sistema de blindagem na economia, com a manutenção dos eixos da estabilização, e a importância da real política de interesses partidários, vital para sustentação da base governamental, estão colaborando para raspar da imagem de Lula a tinta carismática que, até bem pouco, envernizava totalmente seu perfil. Ou seja, o Brasil começa a presenciar o fenômeno de um líder de massas se transformando em liderança funcional.

Nesse ponto, cabe aduzir: com Lula, desaparece a feição populista no cenário das lideranças nacionais. Poderá ele recuperar a imagem cheia de arrebatador de massas? Resposta: só se realizar os milagres prometidos. Caso contrário, será um típico exemplo de "reversão de expectativas". Quem pode entrar ainda no figurino populista? Brizola? Ora, o gaúcho só tem fôlego para sussurros. Geraldo Alckmin? Trata-se de um perfil sem muito sal, parecendo não ser tocado por aquela paixão que anima a alma política. Aécio Neves? Comandando um grande Estado, é um perfil inebriado pelos prazeres da juventude. Itamar? Bom, mais parece um bicho de sete cabeças, não se sabendo qual a que dirige o pensamento. Serra? Tem preparo, porém se assemelha a um consultor técnico dando aulas de racionalidade. Não adoça a vontade das massas. Garotinho gosta de jogar com as ilusões. Isso amedronta. Na atual safra de mandatários, inexistem proeminências. Já no Parlamento, os atos retóricos são medidos pela lupa do *marketing*. Os comportamentos se homogeneizam sob o véu da pasteurização política.

Na atual conjuntura, não há motivos nem palcos para animação das populações. As massas só entram em estado de agitação quando tocadas pela fé religiosa. Mesmo assim, os atos de massa se restringem aos espaços dos templos, que a estratégia mercadológica se esforça para multiplicar e ampliar. A aderência partidária no Brasil, portanto, só é forte nas hostes do Senhor. Desaparecendo o formato carismático e populista, teremos de nos conformar doravante com um grupo de políticos treinados nas artimanhas da articulação e dos entreveros partidários. Entre desilusões e desesperanças, os brasileiros começam a não

CONCURSO DE INGRESSO PARA CARGOS EFETIVOS NO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
EDITAL N.º 001/2004-MP- CONTADOR

enxergar mais aquela aura que envolvia seus ícones e heróis, o líder glorificado, o exemplo de autoridade, o pai da pátria, o político admirado por todos, como Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek ou mesmo Jânio Quadros. Dessa forma, o Brasil vai ilustrando a imensa galeria contemporânea de líderes sem massa.

60

Gaudêncio Torquato (Consultor político e professor titular da USP)
<http://www.jb.com.br/jb/papel/opinião/joropi20040229001.htm> (01/03/2004)

CONCURSO DE INGRESSO PARA CARGOS EFETIVOS NO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
EDITAL N.º 001/2004-MP – CONTADOR

Com base no texto “Líderes sem massa”, assinale a única alternativa correta nas questões de 01 a 06.

01. Em relação ao perfil dos líderes populares do passado e ao dos contemporâneos, é **correto** afirmar que

- (A) os líderes de hoje, por serem mais técnicos e funcionais, conseguem ser mais carismáticos e populares do que os líderes do passado.
- (B) as lideranças do passado tinham dificuldade em mobilizar e administrar as massas, propiciando convulsões étnicas, sociais e religiosas em seus países.
- (C) a escassez dos líderes de massa atuais se explica porque estes concentram suas preocupações no fortalecimento do sistema político.
- (D) os grandes líderes do passado, apesar de carismáticos e populares, não conseguiam libertar seu povo da opressão e da miséria.
- (E) a crise de governabilidade que tomou conta do mundo contemporâneo comprometeu o surgimento de líderes mais carismáticos.

02. Considere os enunciados abaixo.

I. O Brasil atualmente não precisa de líderes carismáticos, mas de líderes funcionais, por isso Lula é considerado o último líder de um ciclo que se está esgotando.

II. O ciclo responsável pela intensificação da crise da democracia representativa é o período compreendido entre a Idade das Trevas e o governo de Fernando Henrique.

III. Lula pode ser apontado como líder carismático e popular porque representa a resistência às políticas dos governos brasileiros nas últimas três décadas.

IV. Lula pode ser considerado “o último líder de massas” porque no Brasil a democracia já está consolidada, o que desmotiva o surgimento de novos líderes.

V. A insatisfação em relação às políticas macroeconômicas e liberalizantes dos

governos de Collor e Fernando Henrique construiu a imagem do último líder carismático e popular do Brasil.

De acordo com o texto, estão **corretos** os itens

- (A) I e II
- (B) I e III
- (C) III e IV
- (D) III e V
- (E) I e V

03. Em relação aos possíveis líderes populares do Brasil citados no texto, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) Brizola não consegue mais arrebatado o povo, por isso “só tem fôlego para sussurros”.
- (B) Geraldo Alckmin não tem perfil de líder político, portanto não poderá entrar no rol dos grandes líderes.
- (C) Aécio Neves, pela sua juventude e por ser governador de um grande Estado, é um possível futuro líder popular.
- (D) Serra, pelo seu discurso muito técnico, dificilmente atrairá o gosto popular.
- (E) Garotinho não é um proeminente candidato a líder popular porque lhe falta mais consciência política para não iludir o povo.

CONCURSO DE INGRESSO PARA CARGOS EFETIVOS NO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
EDITAL N.º 001/2004-MP – CONTADOR

04. Em relação à expressão “**grandes líderes**” no fragmento (linhas 3 a 5)

“Se no passado os rastros dos grandes líderes deixavam-se ver nas trilhas abertas para libertar seus países da opressão e da miséria, hoje seus passos são pouco visíveis”,

é correto afirmar que

- (A) a ordem de seus termos não altera o sentido da expressão.
- (B) a palavra “grande”, por ser um adjetivo, não poderia ocupar outra posição.
- (C) a regência nominal do termo “rastros” exige a anteposição do adjetivo.
- (D) a mudança na ordem dos seus termos afetaria o sentido da expressão.
- (E) a expressão apresenta uma impropriedade de colocação em relação à norma culta.

05. No fragmento (linhas 30 a 33)

“A continuidade do sistema de blindagem na economia, com a manutenção dos eixos da estabilização, e a importância da real política de interesses partidários, vital para sustentação da base governamental, estão colaborando para raspar da imagem de Lula a tintura carismática que, até bem pouco, envernizava totalmente seu perfil.”

a palavra “**vital**”

- (A) está empregada no singular para enfatizar a expressão “importância da real política”.
- (B) deveria ter sido empregada no plural para concordar em número com a expressão “interesses partidários”.
- (C) está empregada no singular porque se refere à palavra “política” e com ela concorda em número.
- (D) está empregada no singular, desobedecendo à exigência de concordância, para surtir efeito estilístico.

(E) está empregada no singular por exigência da preposição que a segue imediatamente.

06. Da leitura do texto depreende-se que

- (A) os políticos atuais são muito retóricos e demagogos.
- (B) na atual conjuntura, líderes políticos atrapalhariam as articulações partidárias.
- (C) atualmente, a sociedade brasileira não precisa de líderes populistas.
- (D) os brasileiros estão desiludidos e desesperançosos com seus políticos.
- (E) no Brasil, atualmente, só a fé religiosa consegue sensibilizar e arrebatara o povo.

07. De acordo com os princípios fundamentais da República Federativa do Brasil,

- (A) o caráter representativo do regime democrático é excetuado somente pelo exercício do plebiscito.
- (B) a indissolubilidade da Federação veda a incorporação entre Estados ou seu desmembramento.
- (C) a harmonia entre os poderes exige-lhes o exercício do controle recíproco.
- (D) a independência dos poderes proíbe o exercício de funções administrativas pelo Poder Judiciário.
- (E) a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América do Sul, Central e do Norte rege as relações internacionais do Brasil.

08. De acordo com a Constituição de 1988,

- (A) são direitos fundamentais somente aqueles expressos na Constituição.
- (B) as normas de direitos fundamentais são dotadas de auto-aplicabilidade.
- (C) os direitos e garantias fundamentais somente podem ser abolidos por emenda à Constituição.
- (D) somente o Poder Público está obrigado ao cumprimento dos direitos fundamentais.

CONCURSO DE INGRESSO PARA CARGOS EFETIVOS NO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
EDITAL N.º 001/2004-MP – CONTADOR

(E) o exercício dos direitos e garantias fundamentais depende de sua regulamentação pelo legislador.

09. Dentre os direitos e garantias individuais da Constituição de 1988, inclui/incluem-se:

- (A)** a liberdade de expressão, sendo vedado o anonimato, e o direito à informação, sendo vedado o sigilo da fonte.
- (B)** a inviolabilidade do domicílio, sendo vedado o ingresso na casa sem consentimento do morador, salvo as exceções previstas na Constituição.
- (C)** o direito de propriedade, sendo vedada a desapropriação sem justa e prévia indenização em dinheiro.
- (D)** o contraditório e a ampla defesa, sendo vedada sua aplicação ao processo administrativo.
- (E)** a igualdade perante a lei, sendo vedada a adoção de políticas de discriminação positiva.

10. Dentre as garantias previstas na Constituição de 1988, inclui-se:

- (A)** o habeas corpus, em caso de alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em seus direitos e liberdades constitucionais, por ilegalidade ou abuso de poder.
- (B)** o habeas data, para assegurar o conhecimento de informações e a retificação de dados, relativos à pessoa do impetrante, constantes de registros de entidades públicas e privadas de qualquer natureza.
- (C)** o mandado de injunção, em caso de descumprimento de norma regulamentadora que torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais.
- (D)** a ação popular, ajuizada por qualquer cidadão para anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.

(E) o mandado de segurança coletivo, ajuizado por partido político em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros.

11. São brasileiros natos:

- (A)** os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes estejam a serviço de seu país.
- (B)** os nascidos no estrangeiro, de pai ou mãe brasileiros, desde que registrados em repartição brasileira competente.
- (C)** os nascidos no estrangeiro, de pai ou mãe brasileiros, desde que venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, até os dezoito anos, pela nacionalidade brasileira.
- (D)** os nascidos no estrangeiro, de pai ou mãe brasileiros, desde que venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, a qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira.
- (E)** os nascidos no estrangeiro, desde que residam há mais de quinze anos ininterruptos na República Federativa do Brasil e optem, a qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira.

12. É função institucional do Ministério Público:

- (A)** promover, subsidiariamente, a ação penal pública.
- (B)** instaurar o inquérito policial, indicando seu fundamento jurídico.
- (C)** defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas.
- (D)** exercer o controle interno da atividade policial, na forma de lei complementar.
- (E)** promover o inquérito civil, para a proteção dos direitos individuais, e a ação civil pública, para a proteção dos direitos difusos e coletivos.

CONCURSO DE INGRESSO PARA CARGOS EFETIVOS NO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
EDITAL N.º 001/2004-MP – CONTADOR

13. No que se refere ao exercício de funções de confiança e de cargos em comissão, a Constituição Federal de 1988 prevê que

- (A)** as funções de confiança devem ser exercidas, exclusivamente, por servidores ocupantes de cargo efetivo e os cargos em comissão apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- (B)** as funções de confiança devem ser exercidas, preferencialmente, por servidores ocupantes de cargo efetivo e os cargos em comissão destinam-se, exclusivamente, às atribuições de direção.
- (C)** as funções de confiança podem ser exercidas por servidores ocupantes de cargo efetivo ou temporários e os cargos em comissão destinam-se, exclusivamente, às atribuições de direção e assessoramento.
- (D)** as funções de confiança devem ser exercidas, exclusivamente, por servidores ocupantes de cargo efetivo e os cargos em comissão destinam-se, exclusivamente às atribuições de assessoramento.
- (E)** as funções de confiança devem ser exercidas preferencialmente por servidores ocupantes de cargo efetivo ou temporários e os cargos em comissão destinam-se, às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

14. Nos termos da Constituição Federal, é permitida em caráter excepcional, a acumulação remunerada de cargos públicos, quando houver compatibilidade de horário, nos seguintes casos:

- (A)** dois cargos de professor; dois cargos técnicos e dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.
- (B)** dois cargos de professor; dois cargos técnicos e dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas ou não.

(C) dois cargos de professor; um cargo técnico com outro técnico ou científico e dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

(D) dois cargos de professor; um cargo de professor com outro técnico ou científico e dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

(E) um cargo de professor com outro técnico ou científico; dois cargos técnicos e dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

15. A Lei nº 5.810/94 **NÃO** considera como de efetivo exercício, para todos os fins, o afastamento decorrente de:

- (A)** serviços obrigatórios em lei.
- (B)** licença-maternidade com duração de 120 (cento e vinte) dias.
- (C)** licença por motivo de doença em pessoa da família.
- (D)** licença para tratar de interesse particular.
- (E)** desempenho de mandato classista.

16. A Lei nº 5.810/94, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas do Estado do Pará, considera tempo de serviço público

- (A)** o exclusivamente prestado à União, Estados, Distrito Federal, Municípios, Autarquias e Fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público e sua apuração é feita em dias.
- (B)** considera-se tempo de serviço público o exclusivamente prestado à União, Estados, Distrito Federal e Municípios e sua apuração é feita em meses.
- (C)** o exclusivamente prestado à União, Estados, Distrito Federal, Municípios, Autarquias e Fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público e sua apuração é feita em anos.

CONCURSO DE INGRESSO PARA CARGOS EFETIVOS NO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
EDITAL N.º 001/2004-MP – CONTADOR

- (D) o exclusivamente prestado à União, Estados, Distrito Federal e Municípios e sua apuração é feita em dias.
- (E) o exclusivamente prestado à União, Estados e Municípios, Autarquias e Fundações Federais e Estaduais e sua apuração é feita em dias.

17. Nos termos da Constituição Federal, no caso de um cargo ser extinto ou declarado desnecessário,

- (A) o servidor estável ou não ficará em disponibilidade com remuneração integral, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
- (B) o servidor estável ficará em disponibilidade com remuneração integral, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
- (C) o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
- (D) o servidor estável ou não ficará em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
- (E) o servidor estável ou não ficará em disponibilidade sem remuneração, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

18. A Lei nº 5.810/94 prevê como vantagem concedida ao servidor:

- (A) auxílio-natalidade, correspondente a dois salários mínimos, após a apresentação da certidão de nascimento para inscrição do dependente.
- (B) auxílio-natalidade, correspondente a um salário mínimo, após a apresentação da certidão de nascimento para inscrição do dependente.
- (C) auxílio-doença, correspondente a dois meses de remuneração, após cada período consecutivo ou não de 6 (seis) meses de licença para tratamento de saúde.

- (D) auxílio-doença, correspondente a um salário mínimo, após cada período consecutivo de 6 (seis) meses de licença para tratamento de saúde.
- (E) auxílio-natalidade, correspondente a um mês de remuneração, após a apresentação da certidão de nascimento para inscrição do dependente.

19. São princípios institucionais do Ministério Público:

- (A) Vitaliciedade, Inamovibilidade e Indivisibilidade.
- (B) Unidade, Uniformidade e Independência funcional.
- (C) Independência funcional, Inamovibilidade e Indivisibilidade.
- (D) Uniformidade, Vitaliciedade e Unidade.
- (E) Unidade, Indivisibilidade e Independência funcional.

20. É correto afirmar:

- (A) Ao Ministério Público é assegurado autonomia funcional, administrativa e financeira.
- (B) As decisões do Ministério Público fundadas em sua autonomia funcional, administrativa e financeira têm eficácia e executoriedade após aprovadas pelo Tribunal de Contas do Estado.
- (C) As propostas orçamentárias do Ministério Público são elaboradas dentro dos limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias da União e encaminhadas ao Tribunal de Contas do Estado para aprovação.
- (D) As propostas orçamentárias do Ministério Público são elaboradas pelo Poder Executivo, aprovadas pelo Ministério Público e submetidas ao Poder Legislativo.
- (E) As decisões do Ministério Público fundadas em sua autonomia funcional e administrativa somente têm validade, eficácia e executoriedade após aprovadas pelo Poder Legislativo.

CONCURSO DE INGRESSO PARA CARGOS EFETIVOS NO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
EDITAL N.º 001/2004-MP – CONTADOR

21. A elaboração das folhas de pagamento de pessoal, a aquisição de bens e contratação de serviços e respectiva contabilização, a proposição ao Poder Legislativo da criação e extinção de cargos, bem como a fixação e reajuste dos vencimentos dos membros do Ministério Público são atividades asseguradas ao Ministério Público fundadas na sua

- (A)** unidade, autonomia financeira e orçamentária.
- (B)** autonomia funcional, jurisdicional e contábil.
- (C)** indivisibilidade, autonomia operacional e patrimonial.
- (D)** autonomia contábil, financeira e operacional.
- (E)** autonomia funcional, administrativa e financeira.

22. A competência legal de designar membros do Ministério Público para exercer as atribuições de dirigente dos Centros de Apoio Operacional, ocupar cargos de confiança junto aos órgãos de Administração Superior, bem como encaminhar ao Poder Legislativo os Projetos de Lei de iniciativa do Ministério Público, é do

- (A)** Conselho Superior do Ministério Público.
- (B)** Procurador Geral de Justiça.
- (C)** Corregedor Geral do Ministério Público.
- (D)** Colégio de Procuradores.
- (E)** Procurador de Justiça.

23. A atribuição legal de propor ao Poder Legislativo a destituição do Procurador Geral de Justiça, pelos votos de dois terços de seus membros e por iniciativa da maioria absoluta de seus integrantes em caso de abuso de poder, conduta incompatível ou grave omissão nos deveres do cargo, assegurada a ampla defesa é do(a):

- (A)** Associação do Ministério Público do Estado do Pará.
- (B)** Corregedor Geral do Ministério Público.
- (C)** Colégio de Procuradores de Justiça.
- (D)** Conselho Superior do Ministério Público.
- (E)** Promotores de Justiça e Procuradores de Justiça.

24. A elaboração da lista sêxtupla para a escolha do membro do Ministério Público para ocupar o quinto constitucional no Tribunal de Justiça do Estado é atribuição legal do(a):

- (A)** Associação do Ministério Público do Estado do Pará.
- (B)** Corregedor Geral do Ministério Público.
- (C)** Colégio de Procuradores de Justiça.
- (D)** Conselho Superior do Ministério Público.
- (E)** Procurador Geral de Justiça.

25. A atribuição legal de remeter informações técnico-jurídicas, sem caráter vinculativo, aos órgãos ligados a sua atividade, bem como estabelecer intercâmbio permanente com entidades ou órgãos públicos ou privados que atuem em áreas afins, para obtenção de elementos técnicos especializados necessários ao desempenho de suas funções é do(a)

- (A)** Colégio de Procuradores de Justiça
- (B)** Conselho Superior do Ministério Público.
- (C)** Centro de Apoio Operacional.
- (D)** Centro de Estudos e Aperfeiçoamento de Pessoal.
- (E)** Centro de Apoio Administrativo-Financeiro.

CONCURSO DE INGRESSO PARA CARGOS EFETIVOS NO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
EDITAL N.º 001/2004-MP – CONTADOR

26. Devem ser classificadas como Contas de Resultado:

- (A) Juros a Vencer, Descontos Concedidos, Despesas de Aluguéis e Salários.
- (B) Descontos Auferidos, Juros Passivos, Despesas de Comissões e Salários a Pagar.
- (C) Aluguéis Passivos, Juros Ativos, Amortização sobre Benfeitorias e Salários.
- (D) Seguros, Despesas de Vigilância, Vendas e Juros Ativos a Vencer.
- (E) Despesas de Exercícios Futuros, Despesas de Salários, Despesas de Aluguéis e Despesas de Depreciação.

27. Os dados a seguir descritos foram obtidos dos relatórios da empresa “Ricos & Ricotas Ltda”, dentre outras contas, levantados em 31/12/2002:

- Juros pagos sobre desconto de duplicatas	R\$ 600,00
- Descontos Incondicionais Concedidos	R\$ 4.000,00
- Vendas a prazo	R\$ 100.000,00
- PIS sobre Outras receitas	R\$ 65,00
- COFINS sobre Outras Receitas	R\$ 300,00
- Outras Receitas Operacionais	R\$ 10.000,00
- Custo das Mercadorias Vendidas	R\$ 60.000,00

- Os impostos sobre Vendas incidiram nas seguintes alíquotas: ICMS sobre Vendas: 12%, COFINS: 3% e PIS: 0,65%.

Com base nas informações acima, podemos afirmar que o lucro bruto apurado, foi de::

- (A) R\$ 20.976,00
- (B) R\$ 20.350,00
- (C) R\$ 29.985,00
- (D) R\$ 30.611,00
- (E) R\$ 29.385,00

28. Os dividendos distribuídos pela empresa controlada serão contabilizados na empresa controladora:

- (A) Débito – Caixa
Crédito – Dividendos a Receber
- (B) Débito – Dividendos a Receber
Crédito – Investimentos na Controlada
- (C) Débito - Investimentos na Controlada
Crédito – Receita de Dividendos
- (D) Débito – Investimentos na Controlada
Crédito – Lucros ou Prejuízos Acumulados
- (E) Débito : Dividendos Recebidos
Crédito : Receita de Dividendos.

CONCURSO DE INGRESSO PARA CARGOS EFETIVOS NO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
EDITAL N.º 001/2004-MP – CONTADOR

29. A empresa comercial “Catarinense Brinquedos S/A” auferiu o Resultado de R\$ 100.000,00, antes de calcular a Contribuição Social sobre o Lucro, no período encerrado em 31/12/2003.

- De acordo com os Estatutos Sociais da empresa, 20% do lucro ajustado será distribuído na forma de dividendos.
- A empresa é tributada normalmente, assim é devido Contribuição Social sobre o Lucro e Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas.
- A forma de apuração do Imposto de Renda é Lucro real – Anual.
- A conta Capital e Reserva Legal no Balancete apurado em 31/12/2003, apresentam os mesmos valores constantes no Balanço encerrado em 31/12/2002, que eram R\$ 300.000,00 e R\$ 57.000,00, respectivamente.

Com base nas informações acima, os dividendos a serem distribuídos, com base nos lucros auferidos em 2003, será de:

- (A) R\$ 14.440,00
- (B) R\$ 14.870,00
- (C) R\$ 15.800,00
- (D) R\$ 15.580,00
- (E) R\$ 14.600,00

CONSIDERANDO OS SALDOS DAS CONTAS ABAIXO DESCRITOS, QUE CORRESPONDEM A INFORMAÇÕES COLETADAS NA EMPRESA “SOLVENTO S/A”, EM 31/12/2002, MARQUE A ALTERNATIVA CORRETA DAS QUESTÕES DE 30 A 32.

- Caixa e Bancos – R\$ 500,00; Mercadorias - R\$ 6.000,00; Capital - R\$ 20.000,00; Duplicatas a Pagar – R\$ 2.000,00; Móveis e Utensílios - R\$ 8.000,00; Salários a Pagar R\$ 1.000,00; Despesas Operacionais Diversas – R\$ 4.000,00; Custo das Mercadorias Vendidas – R\$ 8.000,00; Vendas - R\$ 16.000,00; Receitas Financeiras - R\$ 800,00; Juros Ativos a Vencer - R\$ 200,00; Depreciações Acumuladas - R\$ 4.000,00; Duplicatas a Receber – R\$ 12.500,00 e Lucros ou Prejuízos Acumulados - R\$ 5.000,00.
- Não houve incidência de Imposto sobre as Vendas. Considerar devidas a Contribuição Social sobre o Lucro e a Provisão para o Imposto de Renda.

30. O total do Passivo Circulante soma

- (A) R\$ 3.000,00
- (B) R\$ 4.152,00
- (C) R\$ 3.200,00
- (D) R\$ 4.352,00
- (E) R\$ 4.200,00

31. O total do Patrimônio Líquido soma

- (A) R\$ 20.200,00
- (B) R\$ 15.000,00
- (C) R\$ 19.800,00
- (D) R\$ 18.648,00
- (E) R\$ 20.000,00

CONCURSO DE INGRESSO PARA CARGOS EFETIVOS NO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
EDITAL N.º 001/2004-MP – CONTADOR

32. O total do Ativo soma

- (A) R\$ 22.800,00
- (B) R\$ 27.000,00
- (C) R\$ 23.000,00
- (D) R\$ 26.800,00
- (E) R\$ 20.200,00

33. De acordo com a Lei 6404/76, as Sociedades por Ações, ao elaborar suas Notas Explicativas, deverão indicar

- (A) os Investimentos em Sociedades Coligadas e Controladas.
- (B) a taxa de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações a curto prazo.
- (C) o aumento havido nas classes das ações do capital social.
- (D) o aumento do valor de elementos do ativo resultante de novas avaliações.
- (E) os principais métodos de ajustes que serão utilizados nos exercícios futuros.

34. A empresa “XRZ Ltda”, adota o critério do Preço Médio para avaliar seus estoques. No início do ano de 2003, superavaliou seus estoques em R\$ 500,00. Conseqüentemente, ao encerrar o exercício de 2003, o resultado apurado, apresentou-se:

- (A) subavaliado em R\$ 1.000,00.
- (B) superavaliado em R\$ 500,00.
- (C) subavaliado em R\$ 250,00.
- (D) superavaliado em R\$ 1.000,00.
- (E) subavaliado em R\$ 500,00.

35. A Cia. Xavantes apresentou, em seu Balanço encerrado em 31/12/2002, saldo de Investimentos nas seguintes empresas:

- Cia. Xapuri – R\$ 80.000,00
- Cia. Itaoca – R\$ 60.000,00
- Cia. Guará - R\$ 40.000,00

Os Patrimônios Líquidos das Companhias envolvidas apresentavam, na data acima, as seguintes contas e valores:

Contas	Xavantes	Xapuri	Itaoca	Guará
Capital	R\$ 500.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 90.000,00	R\$ 50.000,00
Reservas	R\$ 200.000,00	R\$ 60.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 20.000,00
Lucros	R\$ 100.000,00	R\$ 40.000,00	R\$ 40.000,00	R\$ 10.000,00

Em 31/12/2003, os relatórios contábeis das empresas Investidas, acusavam que os Patrimônios Líquidos das mesmas, somavam, respectivamente 180.000, 210.000 e 120.000.

Com base nas informações acima, conclui-se que o Resultado de Equivalência Patrimonial apurado pela Cia. Xavantes, neste ano, foi de

- (A) R\$ 22.000,00
- (B) R\$ 29.000,00
- (C) R\$ 37.000,00
- (D) R\$ 12.000,00
- (E) R\$ 11.000,00

CONCURSO DE INGRESSO PARA CARGOS EFETIVOS NO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
EDITAL N.º 001/2004-MP – CONTADOR

36. Consta no Balanço Patrimonial da empresa “Navegação Amazônica S/A, um navio para transporte de passageiros denominado “ANJO DA GUARDA I”, em seu Ativo Permanente, no valor de R\$ 250.000,00.

- Ao pesquisar as fichas dos bens patrimoniais, constatou-se que o referido navio foi adquirido em 15/09/2000, e fez a sua viagem inaugural em 01/10/2000.
- Consta dos documentos sobre a compra um Laudo fornecido pelo Estaleiro Naval “SÓ AÇO LTDA”, com assinatura do Engenheiro responsável, que o tempo de vida útil é estimado em 20 anos, e que ao final do período de depreciação apresentará um valor residual mínimo de 20%.

Considerando que a empresa adota o método linear de depreciação, podemos afirmar que o saldo da conta “Depreciações Acumuladas sobre Embarcações, unicamente desse bem, apresentou em 31/12/2003, em REAIS:

- (A) 32.500
- (B) 40.625
- (C) 37.500
- (D) 30.000
- (E) 35.625

37. Ao auditar a empresa “QBELO S/A”, o Sr. Lindomar Contas constatou que o saldo apresentado na Conta Movimento do Banco Correto S/A apresentava, em 31/12/2003, o saldo devedor de R\$ 606,60.

Nos procedimentos adotados, anotou em seus papéis de trabalho, as seguintes observações:

- 1) que não foi contabilizado um débito de CPMF, no valor de R\$ 102,40, ocorrido no dia 26/12/2003;
- 2) que se encontrava na tesouraria o cheque nº 000420, já contabilizado, que se destinará ao pagamento de uma duplicata aceita pela empresa, vencível em 03/01/2004, no valor de R\$ 320,00;
- 3) que consta no extrato bancário o crédito de R\$ 696,00, na data de 30/12/2003, referente ao valor líquido de desconto de duplicatas, que não fora contabilizado, tendo o Contador esclarecido que não havia recebido da tesouraria, os documentos em tempo hábil, e por esse motivo deixou para contabilizar no início do ano seguinte;
- 4) que o cheque nº 000.419, devidamente contabilizado, se destinou ao pagamento do conserto do veículo de entrega, no valor de R\$ 348,00, em 28/12/2003, que ainda não havia sido sacado pelo beneficiário, até 31/12/2003.

No término do trabalho, o auditor concluiu que o saldo correto da conta, era de:

- (A) R\$ 1.172,20
- (B) R\$ 737,00
- (C) R\$ 1.085,00
- (D) R\$ 532,20
- (E) R\$ 1.520,20

CONCURSO DE INGRESSO PARA CARGOS EFETIVOS NO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
EDITAL N.º 001/2004-MP – CONTADOR

38. A empresa “O Céu é o Limite S/A”, efetuou vendas a prazo, no dia 01/06/2002, no valor de R\$-60.000,00, para recebimento em duas duplicatas de igual valor, vencíveis em 30 e 60 dias. No dia seguinte decidiu descontar tais duplicatas no “ Banco Opereta S/A”, pagando juros mensais de 3%. O registro correto da operação de desconto, que foi efetuado na empresa emitente das duplicatas, é:

- (A) Débito – Bancos R\$ 57.300,00
Débito – Juros Passivos R\$ 2.700,00
Crédito – Duplicatas a Receber R\$ 60.000,00
- (B) Débito – Bancos R\$ 57.300,00
Débito – Juros a Vencer R\$ 2.700,00
Crédito – Duplicatas Descontadas R\$ 60.000,00
- (C) Débito – Duplicatas Descontadas R\$ 60.000,00
Crédito – Bancos R\$ 57.300,00
Crédito – Juros a Vencer R\$ 2.700,00
- (D) Débito – Bancos R\$ 58.200,00
Débito – Juros a Vencer R\$ 1.800,00
Crédito – Duplicatas Descontadas R\$ 60.000,00
- (E) Débito – Bancos R\$ 58.200,00
Débito – Juros Passivos R\$ 1.800,00
Crédito – Duplicatas Descontadas R\$ 60.000,00

39. O orçamento público está vinculado a determinadas regras denominadas de princípios. Dentre os princípios apresentados abaixo, indique aquele que dispõe que a lei orçamentária não pode conter matéria estranha à fixação das despesas e à previsão das receitas.

- (A) Clareza.
(B) Equilíbrio.
(C) Universalidade.
(D) Exclusividade.
(E) Unidade.

40. A assertiva “todas as receitas e todas as despesas devem ser incluídas no orçamento” está em conformidade com o princípio do orçamento público denominado

- (A) Unidade.
(B) Exclusividade.
(C) Legalidade.
(D) Equilíbrio.
(E) Universalidade.

41. Quanto ao conhecimento de Receita Pública, indique aquela que representa um tipo de Receita Pública Derivada.

- (A) Receita Agropecuária.
(B) Receita de Impostos.
(C) Receita de Serviços.
(D) Receita Industrial.
(E) Receita Patrimonial.

CONCURSO DE INGRESSO PARA CARGOS EFETIVOS NO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
EDITAL N.º 001/2004-MP – CONTADOR

42. Dentre as Receitas Públicas abaixo, assinale a que representa uma Receita de Capital.

- (A) Alienação de Bens.
- (B) Patrimonial.
- (C) Transferências Correntes.
- (D) Contribuições.
- (E) Impostos.

43. Em se tratando dos estágios da Receita Pública, o ato pelo qual os agentes arrecadadores entregam aos cofres públicos o produto da arrecadação chama-se

- (A) Previsão.
- (B) Recolhimento.
- (C) Arrecadação.
- (D) Lançamento.
- (E) Liquidação.

44. Assinale a alternativa que representa uma Despesa Pública Corrente.

- (A) Investimentos.
- (B) Juros da Dívida.
- (C) Amortização da Dívida.
- (D) Inversões Financeiras.
- (E) Concessão de Empréstimos.

45. Constituem Despesas Extra-Orçamentárias os pagamentos que não dependem de autorização legislativa. Assinale a alternativa que representa Despesa Pública Extra-Orçamentária.

- (A) Pagamento de Juros da Dívida.
- (B) Amortização da Dívida.
- (C) Pagamento de Restos a Pagar.
- (D) Pagamento de Outras Despesas Correntes.
- (E) Pagamento de Despesas com Pessoal e Encargos.

46. Sobre os estágios da despesa pública, é correto afirmar que a verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito refere-se

- (A) ao Pagamento.
- (B) ao Empenho.
- (C) à Fixação.
- (D) à Liquidação.
- (E) ao Lançamento.

47. A legislação Financeira que trata da Contabilidade Pública no Brasil adotou regimes contábeis para Receitas e Despesas Públicas. Quanto a esse regime contábil é correto afirmar que foi consagrado o regime

- (A) de Caixa para as Despesas e o regime de Competência para as Receitas.
- (B) de Caixa para Receitas e Despesas.
- (C) de Competência para Receitas e Despesas.
- (D) que o gestor adotar conforme conveniência da Administração Pública.
- (E) de Caixa para Receitas e de Competência para Despesas.

CONCURSO DE INGRESSO PARA CARGOS EFETIVOS NO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
EDITAL N.º 001/2004-MP – CONTADOR

48. Dívida Pública significa o conjunto de compromissos assumidos pelo Estado com Terceiros. Toda a Receita-Extraorçamentária, os Restos a Pagar, as Restituições a Pagar e os Débitos em Tesouraria configuram-se como

- (A)** Dívida Flutuante.
- (B)** Dívida Consolidada.
- (C)** Dívida Fundada.
- (D)** Dívida Permanente.
- (E)** Dívida a Longo Prazo.

49. A Contabilidade Sintética registra os atos e fatos contábeis por meio das partidas dobradas utilizando-se para isso os Sistemas de Contas Orçamentário (SO), o Sistema Financeiro (SF), o Sistema Patrimonial (SP) e o Sistema de Compensação (SC). Considerando que o Ministério Público do Estado do Pará tenha alienado um veículo, a contabilização correta desse fato, nos Sistemas Financeiro (SF) e Patrimonial (SP), seria

A)	(SF)	D-	Disponibilidades	(SP)	D-	Ativo Permanente
		C-	Receita de Capital		C-	Acréscimo Patrimonial
B)	(SF)	D-	Despesa de Capital	(SP)	D-	Mutação Ativa
		C-	Disponibilidades		C-	Acréscimo Patrimonial
C)	(SF)	D-	Disponibilidades	(SP)	D-	Mutação Passiva
		C-	Receita de Capital		C-	Ativo Permanente
D)	(SF)	D-	Disponibilidades	(SP)	D-	Mutação passiva
		C-	Receita Corrente		C-	Acréscimo Patrimonial
E)	(SF)	D-	Disponibilidades	(SP)	D-	Decréscimo Patrimonial
		C-	Receita de Capital		C-	Ativo Permanente

CONCURSO DE INGRESSO PARA CARGOS EFETIVOS NO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
EDITAL N.º 001/2004-MP – CONTADOR

50. A Contabilidade Pública utiliza-se do Balanço Patrimonial, Balanço Financeiro, Balanço Orçamentário e da Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP para evidenciar seus resultados num período de tempo predeterminado. Com isso, a administração pode tomar decisões e analisar os seus atos de gestão contábil, financeira, orçamentária e patrimonial. Especificamente, a DVP apresenta o Resultado Patrimonial do Exercício por meio do confronto entre Receitas e Resultado Aumentativo do Exercício, de um lado, e Despesas e Resultado Diminutivo do Exercício, de outro. Considere a situação hipotética a seguir, para determinar o Resultado Patrimonial do Exercício:

Orçamento Aprovado	1.000	Despesas Empenhadas	850
Receitas Arrecadadas	900	Despesas Pagas	680

Foram pagas despesas de 250 na aquisição de veículos, 150 na aquisição de mobiliário e 70 na aquisição de material de expediente, que foi consumido totalmente logo em seguida. O restante foi pago com despesas correntes.

Foram arrecadadas 300 em receitas de operações de crédito. O restante em receitas correntes. Então, o Resultado Patrimonial do Exercício é

- (A) 50
- (B) 70
- (C) 100
- (D) 150
- (E) 220